

Unidades de Conservação: a meta síntese da política pública ambiental brasileira

Alexandre Resende Tofeti*

**Doutorando do Programa de Pós-graduação do Departamento de Geografia da Universidade de Brasília (UnB), Brasília, Distrito Federal, Brasil. tofeti@unb.br*

doi:10.18472/SustDeb.v6n2.2015.15604

RESENHA

Nurit Bensusan e P. P. Prates. A diversidade cabe na Unidade? – Áreas Protegidas no Brasil. Brasília: IEB mil folhas, 2014. 736p. ISBN 978-85-60443-28-4.

Ao finalizar a leitura de *A diversidade cabe na Unidade? – Áreas Protegidas no Brasil*, concluo que as unidades de conservação no Brasil se traduzem, paradoxalmente, em meta síntese da política pública ambiental do país. Explico: as unidades de conservação servem, na teoria, aos mais diversos fins, como promover o ordenamento territorial, fomentar o desenvolvimento sustentável, conservar a biodiversidade, cumprir metas internacionais pactuadas pelo Brasil, garantir conforto e lazer ao ambiente urbano, reduzir o desmatamento e as emissões de gases do efeito estufa, induzir o turismo, entre outros. Além disso, é a política pública ambiental que abrange a maior extensão territorial, afetando aproximadamente 17% do território brasileiro. Sabe-se que a política pública ambiental é mais complexa do que esses fins abarcados pelas unidades de conservação. No entanto, a criação de uma área protegida atende parte considerável dos objetivos dessa política pública.

A leitura me provocou essa reflexão pelo fato de ter abordado os mais variados aspectos e temas relativos às unidades de conservação. Embora as organizadoras tenham enfatizado na apresentação que não havia a pretensão de serem exaustivas, o livro traz muita informação sobre o tema. Ele está organizado da seguinte maneira: uma primeira parte contém reflexões distribuídas por 18 capítulos, denominados de temáticos, escritos por diversos especialistas acerca dos mais diferentes temas relativos às unidades de conservação; a segunda parte é composta de 12 estudos de caso que, segundo as organizadoras, têm por objetivo apresentar um panorama da realidade cotidiana das unidades de conservação e dos seus desafios correlatos. Esses estudos de caso foram escritos em sua maioria por autores que vivenciaram a gestão de unidades de conservação.

Destaco da primeira parte dois capítulos: um relativo à análise da situação das unidades de conservação no ambiente marinho (“Oceanos, a nova fronteira de conservação no Brasil? O papel das Áreas Marinhas Protegidas”, escrito por Ana Paula Prates) e outro sobre a participação social em unidades de conservação (“Reflexões sobre participação social em Unidades de Conservação e a contribuição do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade”,

de autoria de Felipe Cruz Mendonça, Virgínia Talbot, Heitor Schulz Macedo). O primeiro mostra que, historicamente, o ambiente marinho foi negligenciado e que é, portanto, um dos mais pressionados pela extração petrolífera, pela pesca e pela ocupação pouco ordenada do nosso litoral. O segundo traz reflexões que me trouxeram certa esperança na estratégia de criar unidades de conservação, pelo fato de que a participação social, a despeito de todos os necessários avanços que ainda precisam ser feitos em uma sociedade com uma fraca cultura de participação, proporciona uma consciência coletiva territorial para além da apropriação capitalista.

Os estudos de caso da segunda parte do livro, por si sós, fazem deste livro uma obra bem distinta de outras publicações. Eles trazem à tona questões concretas que distam da crítica de que as unidades de conservação ficam apenas no papel e alcançam pouca efetividade. Aqui surge a questão paradoxal que ressalto: está claro, como destacado em vários capítulos temáticos, que a falta de recursos é um problema crônico do Sistema Nacional de Unidades de Conservação e que há uma tendência de sub valorização dessa agenda nos governos mais recentes. No entanto, a simples implantação de uma UC traz consequências quase que imediatas ao território como, por exemplo, a redução da taxa de desmatamento, se comparada às áreas vizinhas, a promoção de reuniões com atores locais, a inserção de novos atores desvinculados da lógica capitalista de apropriação, entre outros.

Dessa segunda parte destaco os textos intitulados “APA Marinha do Litoral Norte (APAMLN) de São Paulo: do conflito à gestão participativa” (de autoria de Lucila Pinsard Vianna e Luciana Yokoyama Xavier) e “Sobreposição de áreas protegidas na Amazônia: relação dos atores sociais entre a Floresta Nacional de Humaitá e a Terra Indígena Jiahui - Desafios para a gestão integrada entre ICMBio e Funai” (escrito por Aurélio Diaz). O primeiro mostra uma situação em que a criação de uma unidade de conservação alterou a percepção e a própria organização da sociedade local. De uma situação de desconfiança e tensões, o território afetado pela unidade de conservação passou a ter intensa participação dos diversos atores. Nas palavras das autoras: “[...] o limão virou limonada: inicialmente conduzido de forma pouco participativa, o processo de criação das APAMs do litoral de São Paulo tornou-se o combustível que mobilizou e provocou participação intensa e emocional de alguns setores atuantes no território que se buscava proteger. A limonada estava feita e, embora ainda amarga, fez com que as APAMs desempenhassem sua missão desde o início, provocando uma reflexão sobre o destino daquele território, a participação e a convivência entre diferentes setores usuários do ambiente marinho.” (p. 610)

O segundo estudo de caso mencionado faz um contraponto ao primeiro, ao destacar as dificuldades de interlocução entre atores e população afetada por unidades de conservação e terras indígenas. Nessa situação, a complexidade reside na sobreposição entre as áreas protegidas, os diferentes atores e um território que oferece barreiras logísticas à maior participação.

Os dois estudos de caso também reforçam um dos principais pontos de fragilidade da gestão de unidades de conservação no Brasil: dada a precariedade de recursos, as unidades estão à mercê do perfil do gestor. Esse perfil pode alavancar ou retrair a sua gestão. Inclusive, em complemento a essa questão, outro estudo de caso sobre a gestão participativa de unidades de conservação federais no sul do Amazonas (“Gestão participativa de unidades de conservação federais no sul do Amazonas”, por Roberta Amaral de Andrade) chega a propor que os gestores devem ter um perfil amazônico para trabalhar na região, pois a maioria é oriunda das regiões Sul e Sudeste. Essa dificuldade, segundo os autores, ocasiona uma barreira cultural que atravanca a gestão das unidades na Amazônia e acelera a rotatividade dos chefes das unidades.

Enfim, o livro está repleto de sugestões, críticas, desafios e reflexões que dão um bom panorama da atual situação da política de unidades de conservação no Brasil. Além disso, as organizadoras foram felizes ao adotar um título provocativo e ao dar uma resposta, na conclusão, à principal questão levantada: as unidades de conservação são fundamentais para reduzir a perda de

biodiversidade, mas não são suficientes. Enfatizam que o modelo de criação e estabelecimento de áreas protegidas é engessado e linear, tornando o surgimento de alternativas uma raridade. No tocante a esses pontos críticos, as organizadoras afirmam que o caminho para melhor proteger a biodiversidade exige a intensificação do envolvimento das redondezas da unidade na gestão e apropriação do território. Ressaltam que o momento atual está se mostrando cada vez crítico, pois reflete uma crise de efetividade e de aceitação da política de criação das unidades de conservação.

Da minha parte, saliento outras duas reflexões, além daquela exposta no primeiro parágrafo: é louvável a iniciativa das organizadoras de se debruçarem em um projeto de tamanha envergadura e tão necessário para o aprofundamento da compreensão de algumas políticas públicas ambientais. Seria muito salutar que publicações desse tipo tivessem periodicidade regular, o que permitia acompanhar os avanços e retrocessos da agenda ambiental.

Fica cada vez mais claro que as unidades de conservação, apesar de todas as dificuldades pelas quais passam, se configuram como “espaços de esperança”. Traço um paralelo com a proposta discutida pelo geógrafo britânico David Harvey sobre tal termo. Segundo Harvey, são nesses espaços que a imaginação utópica se faz presente e embute nos atores uma força política da mudança. Essa força se contrapõe à lógica destrutiva típica do processo de globalização capitalista contemporâneo. As unidades de conservação, por todos os aspectos discutidos no texto, têm grande potencial para serem legítimos espaços de esperança.